

PÁGINA UM

Lisboa

- 11 JUL 1976

BARRICADA

Lisboa

EDUCADOR (O)

Lisboa

OCIDENTE (O)

Lisboa

MUNDO RURAL

Lisboa

Universidade do Minho

16

20
Guimarães
apresenta ultimato

A instalação da Universidade do Minho é tema para polémica acesa face às desencontradas tentativas para solucionar a questão.

Projectada durante o tempo do fascismo, tem andado de Pilatos para Herodes, parecendo que alguns obscuros designios tentam instalá-la consoante os seus interesses em diferentes locais daquela província nortenha.

Quinze sindicatos e secções sindicais do distrito de Braga, num comunicado recente, denunciavam os «baldões dos caprichos de alguns saudosistas do velho regime a quem ainda é permitido ocupar cargos públicos de responsabilidade, apesar da sua comprovada incompetência», alertando para o facto de que «procurando servir os seus interesses muita gente tenta meter os trabalhadores na «luta» da Universidade».

Estes sindicatos entendem que o local da instalação deve ser escolhido por técnicos de competência que coloquem os in-

teresses gerais do País e dos estudantes, acima dos interesses regionais e partidários, declarando todavia que «a Universidade deve ser concentrada e não dispersa, pois só assim são defendidos os interesses do País e dos estudantes, devendo além disso ser aberta a todos aqueles que revelem efectivas qualidades para os estudos, competindo ao Estado suportar integralmente as despesas de transportes, alimentação, materiais escolares, etc., aos estudantes».

ULTIMATO
DA CÂMARA
DE GUIMARÃES

Em reunião efectuada anteontem na Câmara Municipal de Guimarães, foi solicitada um inquérito às actividades da Comissão Instaladora da Universidade que se demitiu e decidiu colocar à disposição do MEIC os seus lugares, por não concordar com a atribuição dos cursos tecnológicos a Guimarães. Foi

ainda pedida a nomeação de uma nova Comissão, presidida por um funcionário do MEIC, «sento e disciplinado», da qual façam parte representantes de todas as regiões interessadas na implantação da Universidade.

Entretanto, se até Outubro os cursos tecnológicos não estiverem atribuídos a Guimarães, a C. A. do município vimaranense demitir-se-á, arrastando consigo todas as juntas de freguesia do concelho, de acordo com uma outra moção aprovada.

Uma outra proposta, aprovada na reunião, pede que sejam imediatamente considerados, de utilidade pública os terrenos destinados aos cursos, pedindo-se ainda a «imediate transfeência para Guimarães de todos os materiais e infra-estruturas que se destinem à correcta implantação» dos referidos cursos, bem como imediatas instruções para a abertura das matrículas para que as aulas possam iniciar-se já no próximo ano escolar.